

**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 009/2022 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2022, FORMATO HÍBRIDO.**

Aos treze dias do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), em primeira convocação às 16h, foi realizada, em formato híbrido (presencial e remoto), a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº **009/2022**, **que teve início com a segunda convocação às 16h30**, sob a coordenação do **presidente Pablo Benetti**. **Item 1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro.** **Item 2 -** A chefe de gabinete Patrícia procedeu ao cumprimento **Verificação de Quórum** (mínimo 14 Conselheiros)fazendo achamada dos **Conselheiros Titulares:** Ângela Botelho, Leila Marques da Silva, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luiz Damião Teixeira da Silva, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Marta Regina Ribeiro Costa, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Pablo Cesar Benetti, Paloma Monnerat de Faria, Paulo Oscar Saad,Rosemary Compans da Silva, Simone Feigelson Deutsch, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanez Nogueira, Tereza Cristina dos Reis, Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues. **Conselheiros Suplentes substituindo Titulares:** Carla Cabral DominguezAlonso, Isabela Muller Menezes, Célio Alves da Silva Júnior, Carlos Augusto Abreu, Lucinéia Lopes Evangelista. **Conselheiros com Ausência Justificada:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Cárin Regina D’Ornellas, Luciana da Silva Mayrink, Pablo Esteban Vergara Cerda, Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, Rogério Goldfeld Cardeman, Sandra Regina de B. Sayão Ferreira, Tereza Cristina Alves Chedid, Fernando Henrique de A.G.Newlands. **Conselheiros ausentes:** Davide Siffert Dulcetti, Paulo Sérgio Niemeyer. **Quórum suficiente: 17 conselheiros (as) e 5 suplentes.** **Item** **3 - Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária 002/2022 (02.08.22) e a Reunião Ordinária nº 008/2022 (09.08.2022).** **A** **Chefe de Gabinete Patrícia Cordeiro** lembrou que só votam os Conselheiros Titulares ou Suplente que estejam nessa condição. Colocadas em votação, as **Atas foram aprovadas com 19 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Item 4. Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas.** O **presidente Pablo Benetti** lembrou a todos que permanecia em consulta a Tabela de Honorários e conclamou que os conselheiros pudessem se manifestar, salientando a importância da tabela para o trabalho do CAU. **5. Apresentação da pauta e comunicados da Presidência. Item 6.1**. Posse do conselheiro Henrique Barandier (titular) e conselheira Sandra Kokudai. Não houve em razão de impossibilidade de conseguir a documentação necessária pela exiguidade de tempo. **6.2**. Apresentação de um estudo da Fiscalização. **6.3.** Proposta de trabalho híbrido. **6.4**. Discussão de proposta para o formato de orçamento participativo; **6.5.** Deliberação da Comissão Temporária de Equidade e Diversidade para apresentação de propostas em relação à Resolução 193 do CAU-BR. **7.0** **Recursos ao plenário: 7.1**. Processo 1349296/2021 – relatora conselheira Teresa Cristina Reis. **8.0** **Distribuição de Recurso ao plenário:** 8.1. Redistribuir recurso contra a decisão da CEP - Processo 736986. **9.0. Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral.** **Item** **5. Apresentação da pauta e comunicados da Presidência. Informes da** **conselheira federal Maíra Rocha** que fez o seguinte relato: Informes de julho e agosto, em razão da ausência da conselheira Maíra na plenária de agosto. 1 – Discussão e aprovação em plenário do regulamento eleitoral; 2 – A Comissão de Organização e Administração (COA) do CAUBR apresentou a revisão de normas para o Portal de Transparência, uma evolução na prestação de contas dos dados do CAU, as revisões de normativas e as questões financeiras do conselho. A revisão será encaminhada às UFs para avaliação da melhor forma de atendimento e atualização do Portal da Transparência. 3 – Votação para recomposição do plenário. 4 – Primeira consulta pública sobre honorários com participações dos profissionais. 5 – Encontro das CPFIs dos estados em Brasília, com apresentação de novas propostas para o planejamento do CAU, incluindo o debate sobre tetos e limites. A proposta mais favorável entre os estados foi de elevar para 60% o teto de gastos que daria uma folga, especialmente para os CAUs maiores, superavitários, para conseguirem fazer frente especialmente às questões de fiscalização, de atendimento, que exigem contratação de pessoal. 6 – Na CPI também está-se debatendo a revisão do processo de programação e reprogramação que se faz anualmente. 7 - Comissão de Relações Internacionais (CRI) foi realizada audiência pública na Câmara dos Deputados para apresentação da Carta Aberta aos candidatos, várias entidades, cada um apresentando um eixo. A Carta agora está aberta à adesão de signatários tanto de profissionais quanto da sociedade civil, de candidatos, de entidades. 8 – Reunião na Comissão Temporária de Acessibilidade do CAURJ, na qual foram tratados diversos assuntos como o podcasts da campanha Mais Arquitetos do CAU-BR sobre acessibilidade; eventual seminário nacional que o CAU poderia conduzir, provocado pelo CTA do RIO; eventual debate sobre RRT, o quanto esse instrumento precisa enxergar melhor o profissional com deficiência, solicitando que a CEP do CAUBR e do CAURJ pudessem enviar sugestões. 9 – Debate a respeito dos descontos, enfatizando formas de favorecer o arquiteto com deficiência, o acesso desse profissional ao conselho e à profissão. Foi pedido à CTA que avalie propostas de descontos para enviar para a CPFI do CAUBR. 10 – Reunião com a Comissão de Setor Público para tratar da atualização do PLC de Carreira Pública. Foi feita uma atualização do andamento do PLC e quais seriam as possibilidades de propostas. 11 – Regulamento Eleitoral: principais pontos: 11.1. - Demanda de várias UFs foi a numeração das chapas para concorrer a eleição do CAU, o número da chapa passa a ser por ordem de inscrição. 11.2. Revisão do percentual mínimo de votação, cláusula de barreira dos 20%, isso gerou vários debates no Rio de Janeiro, porque houve a terceira chapa que não conseguiu colocar nenhum representante na plenária. Foi solicitada a revisão desse ponto e a Comissão Eleitoral construiu uma proporcionalidade com relação ao número de arquitetos de cada UF, por exemplo, Rio de Janeiro diminuiu de 20% para 15%. A partir de 15% de resultado, já se consegue colocar conselheiros na plenária. 11.3 - Votação única continua para conselheiro federal e para UF, a chapa mais votada indica o conselheiro federal e a composição do plenário do estado é feita nessa mesma votação. 11.4. - Inclusão das cotas afirmativas. A Comissão de Equidade de Raça e Gênero fez um estudo mostrando como que os estados já atendiam ou não a essas cotas para mostrar que não é inviável, que não vá impossibilitar a construção de chapas. Na verdade, a maioria das chapas que disputou, a última eleição já atende a esses critérios e a maioria dos plenários já estão compostos atendendo a esses critérios. A inclusão das cotas seria para atender a mulheres, pessoas pretas, pardas ou indígenas, pessoas com deficiência, pessoas com até dez anos de formação e pessoas residentes no interior. 11.5 - Apresentada a proposta de utilizar os serviços digitais da Justiça Eleitoral do governo federal para as eleições do conselho, isso já é usado por magistrados e é oferecido gratuitamente, então além de facilitar e trazer mais segurança também menos oneroso para o processo de votação. E também foi redesenhada a proposta de recomposição dos plenários, diminuindo as etapas e trazendo mais agilidade quando precisar ser recomposto. 11.6 - Os pontos negativos que foram destacados pela conselheira federal: foi aprovado que além de estar adimplente, o arquiteto não pode ter nenhuma parcela a quitar se se dividiu a anuidade. 11.7 – Outro ponto negativo, conforme as palavras da conselheira federal, foi o apoio de quaisquer entidades ou instituições com ou sem fins lucrativos às chapas. Atualmente, só entidades de arquitetos e urbanistas é que podem apoiar as chapas e isso mudou para qualquer entidade ou instituição. O **conselheiro Paulo Saad** manifestou-se no chat “Não sei se entendi. Mas a possibilidade das chapas para a eleição virem a ser apoiadas por empresas e ou entidades com fins lucrativos é o fim da picada e que gostaria de detalhamento melhor sobre isso, quem propôs e como foi aprovada.”. A conselheira federal Maíra respondeu-lhe dizendo que é isso mesmo, um retrocesso e um perigo. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** disse “um absurdo total.” **– Informes da Presidência. O presidente Pablo Benetti** discorreu sobre os seguintes pontos:1 – Visita à cidade de Petrópolis, do dia 26 a 29 de setembro, atividades em dois locais: na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e na Praça da Liberdade, onde ficará a tenda. A programação se encontra no grupo de WhatsApp, CAU na sua Cidade, enfatizou a importância da participação de todos. 2 - Rio Construção, iniciativa da Firjan, a presidência foi convidada e destacou três pontos de interesse: 2.1 – Financiamento. A Firjan possui um bom levantamento das eventuais fontes de financiamento, sobretudo para aqueles profissionais que têm alguma empresa ou alguma atividade de construção no mercado imobiliário. 2.2. Formação. Em andamento um acordo interessante com eles nesse sentido; 2.3. Licenciamento. Proposta da Firjan de licenciamento 4.0 que será uma experiência Entre Rios e foi feito convite à entidade para integrar a mesa que vai discutir em Petrópolis esse ponto. 3. Participação no 5º Seminário Nacional de Engenharia de Avaliações e Perícia, segundo o presidente, foi uma discussão muito interessante. 4. Nos dias 2 e 3 de setembro foi realizado o Congresso Rio uma cidade Antirracista, no Museu do Amanhã com uma mesa discutindo a questão de recortes geográficos de territórios que são interditados a profissionais por questões raciais. 5. Reunião com funcionários do CAURJ: “Há uma questão, depois da última plenária, eu fiz uma reunião com os funcionários do atendimento, porque uma fala que eu fiz não foi, no meu ponto de vista, bem interpretada, não por má-fé deles, muito pelo contrário, eu que não me expressei corretamente, mas, na realidade quando falei – atendimento - não me referia ao atendimento especificamente situações do atendimento mas ao CAU no seu conjunto, isto é, nós somos um dos poucos conselhos que continuamos no híbrido, a grande maioria dos conselhos continua no presencial, e essa é uma demanda que eu tenho e que vai ser um próximo ponto de pauta daqui a pouco quando vamos discutir o item 6.3. a portaria do trabalho híbrido. Por isso não vou me alongar muito, mas de qualquer maneira, publicamente, peço desculpas aos colegas do atendimento, porque, em absoluto, a minha opinião se referia a esse setor, mas ao CAU na sua totalidade.”. Dando prosseguimento à pauta, o **item 6.1**. **Posse do conselheiro Henrique Barandier (titular) e da Conselheira Sandra Kokudai (suplente)** não foi realizada em razão de o CAU-BR ter solicitado uma certidão que fora impossível emitir no Rio de Janeiro, a posse será realizada na próxima plenária. **6.2. Apresentação estudo da Fiscalização.** A finalidade da apresentação é mostrar o estudo da composição atual; o alcance que dessa composição e o que se vislumbra para o futuro. O **gerente de fiscalização, sr. Rodrigo** fez a apresentação que já fora encaminhada a todos os conselheiros. Inscrições abertas, o **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** indagou se o estudo passara necessariamente pelas comissões como a CEP em que há uma preocupação dos profissionais em se visualizar de como a fiscalização ocorre dentro do CAU, pois há reclamação recorrente de muitos profissionais que o CAU busca pura e simplesmente a multa, busca simplesmente a punição, sem uma orientação mais cuidadosa. O conselheiro acenou com a possibilidade de uso dos escritórios remotos do Crea, das regiões do Rio de Janeiro, uma rediscussão e aproximação do Crea sobre essa questão de aproveitamento de estrutura do Crea que por sua vez foi montada com participação financeira dos arquitetos. O conselheiro indagou se as fiscalizações se restringem, nessas viagens, a verificar denúncias e verificar no local as possibilidades de falta de placa, enfim, projetos não aprovados ou elas se localizam também dentro das prefeituras nos setores de aprovação, isso é bastante importante. A **Conselheira Tayane de M. Yanez Nogueira** disse concordar que a Fiscalização precisa ampliar, porém discordava de vários pontos que foram colocados na apresentação como a não criação de regionais, entendendo que por mais que o interior não tenha tantas RRTs e tantos profissionais, o deslocamento até a capital do estado é extremamente difícil; apenas mais um carro e mais o dobro de viagens também não atenderia. A Fiscalização não é o CAU por inteiro, é um braço do CAU e que, no seu entendimento, a discussão deveria se aprofundar em dados, em financeiro, em várias outras coisas, mas só atender a fiscalização, não seria suficiente, falta pensar no atendimento, na ampliação de todos os setores do CAURJ. A **Conselheira Leila Marques da Silva** cumprimentou o gerente de Fiscalização pelo trabalho, esclarecendo que o estudo é originário da Comissão de Estudos sobre o Plano de Cargos e Salários. Todos os setores reclamam sobre suas deficiências e, em geral, são deficiências humanas, falta de pessoal ou alguma coisa similar. A conselheiraobservou também que o estudo deveria ter passado primeiramente pela CEP, ele foi parcialmente apresentado na Comissão de Cargos e Salários. Segundo a conselheira, a comissão ainda não concluiu o estudo e que não deveria tê-lo apresentado ainda à plenária, criando expectativas. O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** disse que a Fiscalização funcionaria melhor com a questão dos convênios com os municípios, é necessário, segundo ele, que haja entendimentos com as cidades, com os respectivos prefeitos e autoridades afins para que haja relatórios para que o CAU tenha esse trabalho já direcionado. Então seria necessário ter o conhecimento da realidade local junto com o trabalho. Disse ser importante a questão do Crea, são 32 postos não remotos, mas presenciais, físicos no Rio de Janeiro, que se poderia aproveitar em convênio, um trabalho político que a presidência pudesse fazer. **Conselheiro Luiz Damião Teixeira da Silva** manifestou-se a favor de uma plenária extraordinária para tratar somente do assunto em tela. O **conselheiro Luiz Damião** discorreu sobre a questão da atividade de fiscalização e interiorização e que o fórum adequado para tratar das proposituras de qualquer medida seria a plenária. Disse que concordava plenamente que precisaria aumentar quadros, mas há que prestar atenção a alguns sinais, por exemplo, quando se diz que um fiscal trabalha um terço externo e dois terços interno, isso já mostraria que tem alguma coisa em termos de procedimento, protocolos, que deveria ser melhorada. Destacou que o importante é trabalhar a Fiscalização com foco na eficiência e não em foco em rankings que a própria fiscalização entende que são elementos complicados. O conselheiro salientou que a informática poderia ser uma grande aliada no trabalho da Fiscalização e do CAU como um todo, com as novas tecnologias, como o drone. Finalizando, sugeriu o aproveitamento da massa crítica de dados de RTs e trabalhar com a percepção de risco da sociedade. A **Conselheira Rose Compans** **da Silva** verbalizou que não há dúvida que a Fiscalização estaria demandando mais contratações, mais profissionais, porque está sentindo falta, mas que o relatório apresentado deveria trazer algumas informações, tais como, quais são as demandas, qual o tempo que está sendo respondido, o trabalho da Fiscalização nas comissões, algumas estatísticas sobre o trabalho efetivamente do setor, como otimizar as viagens com o auxílio de tecnologias existentes e que seria interessante que tal estudo englobasse os demais setores do CAURJ. A **Conselheira Paloma Monnerat de Faria** indagou se já haveria um formato para trabalhar o tema, pois o debate de ter ou não as regionais não poderia ser em função de demandas e organização de um único setor, teria que ter a conciliação com os trabalhos e análise de outros setores. A **Conselheira Ângela Botelho** considerou oportuno realizar a reunião extraordinária para que todos conheçam o CAU, para que se possa discutir melhor o tema, mas que a apresentação foi um pontapé para discussão do assunto. A **Conselheira Tereza Cristina dos Reis** observou que a questão das regionais para os municípios no interior vai muito além da fiscalização, vai à formação, à informação. A **conselheira Tereza Cristina** avaliou que na apresentação faltam dados completos e também sensibilidade com o conhecer o interior para poder fazer um relatório. Concordou que precisaria sim de ter as regionais e que elas não iriam ficar esvaziadas e citou como exemplo o Crea que participa dos conselhos municipais, tem voz, e a arquitetura e urbanismo não têm, não há contato com as prefeituras, precisaria de mais sensibilidade e menos números. Pelo chat, o **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** observou que o Crea, em atenção à fala da conselheira Tereza Cristina, está anos-luz à frente. Pelo chat, o **Conselheiro Paulo Saad** disse que a melhoria e o aprofundamento da Fiscalização são, sem dúvida, desejáveis e que entendia que não é possível opinar sobre o estudo que lhe pareceu bem elaborado, sem conhecer a posição da CEP. A apreciação de qualquer proposta só se pode fazer na Plenária, se encaminhada por uma ou mais comissões, com suas análises e pareceres. Um PCS só pode ser analisado com base na análise do funcionamento do pessoal à luz do planejamento estratégico. Finalizadas as falas, o **presidente Pablo Benetti** cumprimentou a Comissão do Plano de Cargos e Salários pelo trabalho que vem realizando, detectando os gargalos e projetando o futuro. Acrescentou que a aprovação do Plano de Cargos e Salários dar-se-á numa plenária provavelmente extraordinária, mas o estudo avança em algumas simulações. Não é um estudo que trata de todo o conselho, trata apenas da Fiscalização e que não via nenhum mal em tratar só de fiscalização, assim como tratar de outros aspectos que têm a ver com as atividades do conselho. E que os caminhos para a representação em conselhos municipais é um caminho político. Destacou que tem trabalhado contrariamente a um acordo com o Crea com a ideia de convênios com as entidades mistas, pois deve-se prestigiar os profissionais que têm essas entidades do interior. Reiterou a releitura do relatório para entender melhor os gargalos. Finalizando, agradeceu a todos pelas considerações e anunciou que novas reuniões serão agendadas para tratar do tema. **6.3. Apresentação proposta de Portaria para o trabalho híbrido**. Foram encaminhados aos conselheiros dois documentos: a proposta inicial dos funcionários (26/08/2022) e a proposta trabalhada no GT sobre trabalho híbrido (02/09/2022). Por essa proposta as modificações seriam a partir de janeiro e seria um formato presencial de três por dois, isto é, três presenciais e dois remotos. O GT reunido deliberou várias colocações e a segunda proposta tem uma divisão entre setembro, outubro a dezembro, e janeiro em diante. A proposta que está colocada é que em setembro manteria como está hoje que são duas vezes presenciais por semana. De outubro a dezembro, manteria uma semana com dois dias presenciais e a outra com três dias presenciais, ou seja, não tem um formato único de 3x2, e vai alternando: dois numa semana e três presenciais na semana seguinte, dois na semana seguinte e três na semana seguinte. As equipes concentrariam o trabalho de segunda a quinta, cada setor iria dividir em duas equipes, segunda, terça e quarta e terça, quarta e quinta. Todos os servidores se encontrariam em trabalho presencial às terças e quartas e o atendimento presencial seria três vezes por semana. Os fiscais passariam a incluir um presencial por semana na sede do CAU. De janeiro em diante, todos os servidores três vezes presenciais por semana. Essa é a proposta que veio do GT. Inscrições abertas. O **Conselheiro Lucas Alencar Faulhaber Barbosa** fez duas ponderações: 1 - As atividades presencias são voltadas para a sociedade e que, independentemente de qualquer regime híbrido, que se garanta que tenha atendimento presencial de segunda a sexta, no horário comercial, acho que é um serviço que se presta aos arquitetos que são os que financiam conselho; é um pressuposto básico. 2 - Que haja rodízio, mas com a premissa de ter de segunda a sexta um atendimento presencial a qualquer arquiteto, sem necessidade de prévio agendamento. 3 – Considerou que deveria haver a migração, a partir de outubro, para a escala três vezes presencial e dois dias no remoto, sem ficar intercalando entre 2 e 3, uma semana com dois presencial, outra semana com três presencial, e aí em janeiro faz-se uma reavaliação sobre esse regime. O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** concordou com o conselheiro anterior de que é necessário que o atendimento ao arquiteto e urbanista seja feito, de fato. O **presidente Pablo Benetti** dispôs sobre as seguintes questões: 1 – Em relação ao atendimento presencial de segunda a sexta, estava totalmente de acordo, mesmo com equipe mínima. 2 – Em relação à proposta do conselheiro Lucas que proporia adotar já em outubro três presenciais e dois remotos, ele manteria a proposta do GT. A partir de janeiro, são duas propostas: ou se mantém em janeiro três presenciais e dois remotos ou quatro presenciais e um remoto, há uma terceira votação a ser feita. Salientou que a grande maioria dos CAUs no Brasil estão com o trabalho 100% presencial. O **Conselheiro Paulo Oscar Saad** reiterou que a proposta não estava clara ainda e que parecia justa a proposta do conselheiro Lucas. Em observância ao documento enviado, disse que o documento tem até algumas justificativas, algumas razões, mas que não fica muito claro, quem não conhece o dia a dia do CAU, fica-se muito na dúvida sobre o que está acontecendo; o que os funcionários estão pensando, qual é o quadro de funcionamento, quais são as dificuldades que estão colocadas. E que sendo assim o voto dependeria de um esclarecimento maior sobre o relatório. Pelo chat, o **Conselheiro Paulo Oscar Saad** explicitou que deveria ouvir os membros do GT. Ha muitas questões que tem especificidades difíceis de avaliar para quem não participou do GT. **Conselheira Paloma Monnerat de Faria,** apesar da defesa em favor da proposta apresentada pelo conselheiro Lucas, observou que no final do ano teria o atendimento para as inscrições dos editais que provavelmente mudaria essa demanda de atendimento presencial no conselho e do próprio trabalho interno. Não querendo ser insensível à demanda dos funcionários de tentar manter duas vezes presencial até o final do ano, mas considerou insuficiente para justificar a manutenção de mais tempo remoto do que presencial, porque eu não via nenhuma diferença tão grande assim de produtividade remota a ponto valer a pena negligenciar o presencial dessa forma. E que considerava que já estava na hora de ter mais trabalho presencial do que remoto. A **Conselheira Leila Marques da Silva** salientou que a palavra final da questão teria que vir da própria gestão do CAU. Mas que todos os estudos são válidos, tanto quanto o PCS, que segundo ela, merece elogios, quanto ao estudo apresentado em defesa do trabalho remoto. Mas sempre teria que passar por uma instância responsável para justamente embasar melhor o plenário. Pelo chat, o **Conselheiro Paulo Oscar Saad** disse concordar com a conselheira Leila de que seria complicado avaliar sem a posição da comissão ou da direção. Reiterou que não estava se sentido à vontade para votar diretamente em Plenária um relatório dos funcionários, embora perceba que o documento estivesse imbuído de razões próprias. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** manifestou-se dizendo que não são poucas as instituições que estão hoje com trabalho integral e que os gestores do CAU seriam os mais indicados para essa tomada de decisão. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** salientou que houve má interpretação de sua fala anterior dizendo que o CAU só serve para multar, na verdade, o que foi dito é que na identificação dos profissionais, na maior parte das vezes, o CAU só serve para cobrar anuidade, cobrar RRT e cobrar multa, com punição. A **Conselheira Tanya Collado** ponderou que não discordava do formato híbrido de três presenciais e dois remotos se o CAU funcionar todos os dias em todos os seus atendimentos, com a sua funcionalidade total, porém advertiu que precisaria de um estudo mais aprofundado. A **Conselheira Carla Cabral Dominguez Alonso** destacou que a pandemia trouxe várias alternativas ao trabalhador e que com novas tecnologias é possível realizar o remoto muitas vezes. O que se tem que avaliar plenamente é a produtividade e a resolutividade das questões que envolvem o trabalho do CAU se vai funcionar de forma correta dividindo o remoto com o presencial e que os gestores teriam plena capacidade para avaliar esses pontos. Ao concluir, a conselheira disse que é muito difícil votar favoravelmente ou contra a proposta, salientando que se a opção fosse o serviço híbrido caberia avaliar a redução de espaços, redução de gastos, como várias empresas já o fizeram. Encerradas as discussões, passou-se à primeira votação: **Garantir o atendimento presencial na sede do CAU-RJ de segunda a sexta-feira. set** A **Chefe de Gabinete Patrícia Cordeiro esclareceu** que o conselheiro Mauri estava presente, mas não votando, em razão de o titular estar presente, conselheiro Damião. **Pelo chat,** a **Conselheira Leila Marques da Silva** justificou ***“****abstive-me de votar, por não ter sido respondida uma pergunta que considero crucial, feita à Mesa Plenária: Qual seria a posição dos senhores gestores do CAU RJ perante tal proposta?”.* Em seguida, foi realizada a segunda votação. Foram duas posições: **1 - mantém a posição do GT, dois dias na semana, uma semana, e três dias na semana seguinte e 2 - três dias na semana do dia 15 de outubro a dezembro, presenciais.** Matéria colocada em votação obtendo **12 favoráveis; 00 contrários; 09 abstenções.** O **presidente Pablo Benetti** declarou aprovada a opção **três dias semanais presenciais de outubro a dezembro.** O próximo ponto da pauta: **6.4. Discussão de propostas para formato orçamento participativo.** Possibilidade de utilizar até 500 mil reais da reserva de capital para o orçamento participativo em 2023. Inscrições abertas, o **Conselheiro Marcus Pedro Oneto Fiorito** ratificou que a consulta aberta já estaria circulando entre os conselheiros e que as propostas teriam que ser avaliadas em tempo hábil para inserção no plano de ação para 2023. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** destacou que o assunto fora tratado no âmbito da CPFI com algumas considerações, sugerindo que o formulário fosse acompanhado de um pequeno vídeo explicando a finalidade e que nele tenha a divulgação de programas já existentes como a Formação de Educação Continuada. A **Conselheira Leila Marques da Silva** manifestou-se favorável, destacando que o orçamento participativo já era uma promessa de anos de todas as chapas e de todas as campanhas, pois, sem dúvida, é um meio de aproximação do CAU com a sociedade, com os arquitetos. A conselheira sugeriu que pudesse votar em três opções a fim de ler qual é a estrutura do projeto participativo e no próximo ano que já teria algum exemplo em que se basear, abriria para receber essas propostas e que seria conveniente que sugestões fossem encaminhadas em aberto, seria um meio mais assertivo para implantação da proposta. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** sugeriu que a proposta/discussão fosse encaminhada à sociedade civil, convidar as entidades e instituições afins para também participarem da discussão, inclusive prefeituras, o governo do estado. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** observou que o formulário de encaminhamento da proposta não fora submetido à CPFI e que seria importante que a comissão participasse da elaboração de uma forma mais objetiva. O **Conselheiro Paulo Oscar Saad** destacou que via com muitos bons olhos a sugestão, mas que cuidados deveriam ser tomados: 1 – Que a introdução fosse bastante clara para não se abstraísse más interpretações com relação ao trabalho do CAU e que profissional arquiteto/urbanista tivesse a possibilidade de apresentar proposta dentro do cerne das prerrogativas existentes do CAU. Disse que entendia que as ações dos moradores, por exemplo, têm um trabalho voluntário para a cidade, para os bairros, então essas entidades teriam sim muito interesse em fazer sugestões para o planejamento estratégico do CAU-RJ, tentando estabelecer alianças com a entidade visando o trabalho da cidade. Segundo o conselheiro, são pistas de uma aliança que é importante e que se o planejamento estratégico participativo viesse a aumentar a amplitude da coordenação dos arquitetos, por meio do conselho, por meio de suas entidades com a sociedade civil que fosse feito. No chat, o **Conselheiro Paulo Oscar Saad** disse esperar poder contribuir para o formato final do formulário. No chat, o **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** concordou dizendo até para aferir se será necessário os 500 mil. A **Conselheira Carla Cabral Dominguez Alonso** disse, pelo chat, que “Seria bom deixar claro na ata que será avaliada a melhor forma de participação”. O **presidente Pablo Benetti** elogiou as sugestões recebidas e **encaminhou a votação de uma sinalização da possibilidade de utilizar até 500 mil reais do orçamento de 2023 de recursos de capital para efeito de orçamento participativo**. A **Conselheira Leila Marques da Silva** indagou se estaria realizando a votação de aprovação do orçamento participativo, mas que o molde dele deveria ainda ser mais bem estudado, mais bem desenhado, e que ele seria encaminhado aos arquitetos e à sociedade em geral. O **presidente Pablo Benetti** respondeu afirmativamente à indagação feita. **Proposta aprovada com 20 favoráveis; 00 contrários; 01 abstenções. 6.5. Deliberação da Comissão Temporária de Equidade e Diversidade sobre Medidas de Equidade para a discussão da Resolução 193.** O CAU/RJ defende que na discussão da 193 sejam feitos esforços para aumentar a representatividade, em especial para os conselheiros profissionais em condições de hipossuficiência financeira, e que o CAU/BR estude a ampliação para os profissionais em geral. Inscrições abertas, a **Conselheira Lucinéia Lopes** pronunciou-se: “Em primeiro lugar, eu quero informar aos conselheiros que nós da Comissão de Equidade e Diversidade estamos muito felizes por aprovação no CAU-BR para assegurar 1/3 dos participantes da chapa de pessoas diversas, então 1/3 das chapas serão que ser compostos por mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, então estamos muito felizes por essa vitória. E junto com isso temos proposto na nossa comissão um desconto percentual de 90% da anuidade, atendendo os conselheiros com dificuldade econômicas para exercerem a sua função. E todos os conselheiros poderão pleitear o desconto por requerimento específico. Para entender essa nossa proposta, consideramos a dificuldade de nossos profissionais que se encontram para se manter financeiramente no mercado de trabalho. Os alunos egressos e profissionais que estão dentro do prazo previsto por lei para licença maternidade e paternidade. Então, na nossa comissão, falamos muito sobre as dores dos profissionais. E a partir dessas dores não apenas de forma teórica, mas vemos na prática e também verificamos todos os dados que o CAU tem em levantamento, nós entendemos que esses profissionais precisam, sim, profissionais que serão conselheiros, desse aporte. Estamos propondo então levar essa proposta para o CAU-BR, assim como a conselheira federal Maíra já falou no começo sobre a Resolução 193 para inserirmos também as nossas propostas.”. A **Conselheira Leila Marques da Silva** disse que como não iria ser realizada votação, não iria entrar no mérito do que foi apresentado, pois ainda haveria muitos debates. A conselheira aproveitou a fala para dizer que comissão temporária não delibera (Reg. Interno, art. 124, seção III), no caso, a instância proponente da Comissão de Equidade e Diversidade seria a presidência, a comissão apresentaria a proposta à presidência e está levaria ao Conselho Diretor para deliberação e, posteriormente, ao plenário para homologação. E acrescentou que assuntos financeiros teria que ter tramitado pela CPFI. O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** disse que respeitava a condição do arquiteto e da sociedade em geral pelo momento social grave do país, mas quando se trata de solicitação para os membros do conselho há que se ter cuidado com a questão ética e moral. E que se os profissionais forem atendidos os conselheiros também o serão. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** sugeriu que fosse apresentada ao CAUBR uma proposta de anistia financeira, por algum tempo, para aqueles arquitetos que estão impedidos de emitirem RRT para permitir a esses arquitetos que estão inadimplentes que voltem às suas atividades profissionais, isso seria, de fato, uma proposta que abrangeria todo mundo, inclusive os conselheiros que futuramente possam estar nessa situação no ano que vem. O **Conselheiro Paulo Saad** argumentou que em que pese o problema socioeconômico da categoria e de diversas categorias não se pode trabalhar com benefícios pessoais ou de grupos e que determinadas regras no serviço público são rígidas, podendo ter problemas legais, políticos e repercussão negativa na sociedade. Sendo assim, o reconhecimento deveria ser impessoal e amplo, para todos, pois a representatividade é uma discussão longa, e a representatividade no caso do conselho, é garantida pela possibilidade de abrir chapas. Pelo chat, o **conselheiro Paulo Saad** disse que os critérios citados pela conselheira federal Maíra são impessoais. O benefício só para os conselheiros e muito diferente, diferenças existem muitas de muitos tipos e isso tem que estar e pode estar, e tem estado representado nas chapas. A **Conselheira Paloma Monnerat de Faria** argumentou que a proposta da CTED teria que passar pela plenária por razões óbvias e que era debate acumulado há bastante tempo, não só aqui no CAURJ como no CAUBR e que existem dados que fundamentam as necessidades desse desconto e conclamou que deveria levar a proposta ao CAUBR e fazer o discurso da representatividade e se quiserem aproximar novas camadas sociais desta instituição, então teria que criar meios e instrumentos práticos para que isso aconteça e se sustente. A **Conselheira Federal Maíra Rocha** disse o seguinte: “Só queria fazer uma fala para tentar fazer um paralelo com os debates que estamos tendo no DF. Isso tudo vem no bojo das nossas discussões de representatividade no plenário, de ampliar a representatividade e um espelhamento do que é a nossa categoria na composição do plenário, porque, quando imaginamos qual é o papel do conselho, o que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo precisa fazer? Ele precisa pensar políticas e estratégias para os profissionais de arquitetura e urbanismo e precisa pensar também hoje em estratégias para promover o acesso à arquitetura e urbanismo. Mas como fazer isso de uma forma mais qualificada, quanto mais temos pessoas dentro deste plenário que espelham o inverso da nossa profissão? Então eu acho que quando tratamos de representatividade não é apenas uma questão de dar um cheque numa lista para sermos mais diversos ou mais modernos, não é sobre isso. É sobre que pessoas vão discutir as políticas para os profissionais. A elite, as pessoas que têm dinheiro para escolher ou não atuar em determinado setor, as pessoas que emitem não sei quantas RRTs por mês ou as pessoas que são o perfil da profissão que ganham de zero a três salários mínimos, a maioria da nossa profissão ganha de zero a três salários mínimos. Acho que isso é uma coisa que está na fala de todo mundo, quem concorda ou não concorda com a proposta, sabemos que o universo da arquitetura atualmente, segundo o censo feito pelo CAUBR é esse. Então o profissional que ganha de zero a três salários mínimos não está representado na nossa plenária. Então, assim, é preciso conviver e entender e está próximo desse profissional para que consigamos pautar propostas e políticas para entender esse profissional. E o trabalho do conselho é realizado com o trabalho voluntário dos conselheiros e conselheiras. Ninguém aqui está falando de remuneração. A proposta não é definitivamente remunerar a mão de obra dos conselheiros. Estamos falando de profissionais que exercem trabalho voluntário dedicado, extenuante, de muitas horas por mês ter um desconto na anuidade, assim como se tem desconto outros profissionais, não é um privilégio e um benefício apenas para os conselheiros. A 193 teve 93% de desconto para a PJ. O nosso colega falou, por exemplo, que a empresa dele foi beneficiada, teve para cotistas, para homens e mulheres que tiveram filho ou adotaram, enfim, é uma gama enorme, não é benefício para o conselheiro. Eu entendo e acho muito importante o que os colegas trazem de um cuidado na hora de propormos políticas que são pensadas para nós mesmos, é óbvio, temos que ter todo esse cuidado e tem que ter essa vigilância. Mas estamos tratando, no final das contas, de conseguir atender melhor aos profissionais. Antes de termos uma comissão temporária de equidade de gênero e raça, aqui no CAURJ, tinham vários temas desse que sequer chegavam à nossa plenária, gente, enquanto não somos provocados pelo diferente, enquanto não convivemos com pessoas que são diferentes de nós não vamos pensar políticas para as outras pessoas. Não vamos adivinhar quais são as dificuldades das outras pessoas. É preciso convivência, precisamos ter essas pessoas no plenário junto conosco. É isso, é importante, não só para ampliar a entrada, é exatamente como a Paloma disse, temos as cotas para facilitar o acesso e seria um desconto para manter essa pessoa no plenário.” A **Conselheira Lucineia Lopes Evangelista** ponderou que mediante a tudo que foi dito, valeria muito a reflexão, porque o conselheiro precisa ser a representatividade dos arquitetos atuais e que não via a proposta como privilégio e que todos gostariam que os profissionais estivessem bem em suas profissões e também o conjunto dos conselheiros estivessem bem remunerados em suas atribuições e atividades, mas é um início e é necessário conviver com as pessoas diferentes e que o plenário não é tão diferente assim, pois a elitização da arquitetura faz parte disso aqui, o plenário é elitista. O **Conselheiro Mauri Vieira da Silva** manifestou-se que a proposta se for aceita teria que ser geral, como um processo mais democrático, e acrescentou que não ficou claro para quanto tempo o benefício se estenderia aos beneficiários. Pelo chat, o **Conselheiro Paulo Saad** argumentou que “Todos aqui passaram por grandes problemas para chegar aqui. Todos vivem do trabalho. Temos que lutar para garantir o trabalho para todos. Isso requer enfrentamentos que não estão sendo tratados. A elite dominante não está aqui. Até porque estão se lixando para o CAU e para a categoria. Estudar a redução da anuidade para quem prove uma situação pessoal e familiar critica seria possível e adequado. [...] Existem sim colegas elitistas, mas dizer que a profissão é elitista é um discurso preconceituoso. Até porque nos últimos dez anos com o Prouni e outros, houve uma mudança enorme no perfil da categoria. Isso não aconteceu por que os egressos não querem saber do CAU e isso não é por causa da hipossuficiência financeira. Espero que o CAUBR entenda bem qual é a posição desta Plenária e que estudar o benefício para todos os arquitetos é a melhor proposição O que temos que entender que fazer protecionismo para conselheiros vai piorar a rejeição do CAU. O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** externou preocupação quanto à repercussão da proposta, pois seria necessário construir uma proposta de forma que atenda aos profissionais, às suas necessidades. Esgotadas as inscrições, foi votada a prorrogação da plenária para até às 20 horas, conforme normas internas. O **presidente Pablo Cesar Benetti** agradeceu as contribuições e disse que um desconto generalizado seria o ideal, mas haveria o problema como estimar o universo. Manifestou-se a favor de encaminhar uma resolução ao CAUBR para e estudar mecanismos que possam eventualmente garantir maior diversidade da plenária no Brasil, não apenas com as cotas, mas com meios econômicos e esclareceu que a votação não seria da resolução, mas votando o posicionamento no sentido de que as plenárias dos CAUs estaduais e o CAUBR possam ter maior diversidade. A **Conselheira Leila Marques da Silva** manifestou-se incomodada com a insistência no discurso das proponentes em denominar este plenário como “elite da arquitetura”; lembrou que é justamente essa imagem de profissionais de elite que o conselho tenta combater desde sempre; e que não via no plenário representantes da elite, e sim trabalhadores, professores, servidores públicos, etc. ganhando até abaixo do que o próprio CAU recomenda. O **presidente Pablo Cesar Benetti** encaminhou a votação nos seguintes termos: O CAU propõe que na discussão da 193 sejam envidado esforços no sentido de aumentar a representatividade e incorporar, em especial para conselheiros com condições de fragilidade financeira. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** sugeriu colocar o termo “hipossuficiência” que seria o termo legal, previsto inclusive na questão jurídica. Sugestão aceita. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** pediu confirmação se seria para todos os arquitetos e não só para os conselheiros. Hipossuficiência tem que ser comprovada, isso na justiça funciona exatamente. O **presidente Pablo Benetti** explicou que “o que está sendo colocado aqui e por isso que fiz essa proposição é no sentido de aumentar a representatividade daquele que sequer tem vínculo empregatício. Acho que a questão é até muito mais séria do que muitas vezes nós enxergamos. Podemos votar outro encaminhamento, a plenária tem condições de fazer isso, mas eu votaria separado, eu votaria encaminhamento para que seja feito um estudo e provável impacto de etc. etc. Aí sim é outra questão. Eu colocaria duas questões. Pode ser um adendo, tudo bem, pode ser.” Sugere manter a proposta para os conselheiros – e propor que o CAUBR, que detém todos os dados possa encaminhar estudos para ampliar para o conjunto da classe.”. A **Chefe de Gabinete Patrícia Cordeiro** conclamou a todos a observarem o novo encaminhamento de votação e que quem quisesse reformular o voto seria só reabrir o formulário pelo link e votar de novo. Pelo chat, o **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** pediu para alterar o voto para NÂO, pois tinha entendido que se falava de todos/as “sou contra legislar em causa própria. Pelo chat, a **conselheira Leila Marques da Silva** também pediu alteração voto pelos mesmos motivos e irá encaminhar por e-mail a justificativa. Justificativa de voto *“ após algumas discussões e polêmicas sobre a matéria, entendi que estaríamos votando para que fosse encaminhada ao CAU BR uma proposta de possibilidade de isenção de anuidade a TODO/AS o/as arquiteto/as que comprovassem hipossuficiência para seu pagamento. Ainda durante a reunião, colegas me alertaram que a redação na qual votamos estava DÚBIA, dando margem a entender que o benefício poderia também ficar restrito a conselheiro/as. Assim sendo, como o voto era composto de duas partes, ESCLAREÇO QUE: - Estou de PLENO ACORDO quanto à parte que estende um possível benefício de isenção/ desconto de anuidade a todo/as arquiteto/as com comprovação de hipossuficiência para seu pagamento; - Sou CONTRA quanto à parte que este possível benefício fique restrito a conselheiro/as”.* **Justificativa de voto Conselheiro Luiz Damião T. da Silva** *“Declaro voto contrário à aprovação do item referido por entender que TODA E QUALQUER PROPOSTA que tenha como objetivo propiciar tratamento diferenciado a CONSELHEIROS OU CONSELHEIRAS, em detrimento dos demais colegas, sujeitos às mesmas condições, fere o princípio constitucional da IMPESSOALIDADE inscrito no art. 37 Constituição Federal de 1988:****“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”****Não obstante a imperiosa necessidade de criar mecanismos que possibilitem maior inserção dos arquitetos e urbanistas no dia a dia das demandas regulamentadoras da profissão, fazê-lo de forma restrita a um grupo específico não seria, no meu entender, um destes mecanismos.* **Matéria aprovada com 13 votos favoráveis e 6 votos contrários e nenhuma abstenção. O presidente Pablo Benetti** anunciou que ainda tem ponto relatoria de processo e precisa votar a prorrogação da sessão plenária 009, sugeriu prorrogação até às 20:00, **aprovada a prorrogação** **com 14 votos favoráveis e 00 votos contrários e nenhuma abstenção.** **7.0** **Recursos ao plenário - 7.1. Processo 1349296/2021 – relatora conselheira Teresa Cristina Reis (sem áudio). Matéria em votação, aprovada por unanimidade.** Com relação ao processo o **Conselheiro Luiz Damião Teixeira da Silva** complementou que o jurídico deveria ser ouvido no sentido do que é possível fazer legalmente contra uma pessoa que exerce a profissão. Proposição aceita pelo presidente. O **Conselheiro Célio Alves da Silva Junior** manifestou-se dizendo que não sabia que uma pessoa que nem é arquiteta poderia ser multada pelo CAU, não tinha esse conhecimento, e por isso se constitui numa questão jurídica. “Ela vai sofrer uma sanção, ela vai se formar arquiteta, quando ela for tirar a carteira, ela não vai conseguir se ela não pagar essa multa, era a minha dúvida também.” A **Conselheira Leila Marques da Silva** respondeu a dúvida anterior dizendo que uma coisa não impede a outra, ela vai continuar com essa dívida, mas não a impede de tirar a carteirinha. A **Conselheira Paloma Monnerat de Faria** aproveitou para comunicar que a CED estaria trabalhando para organizar um seminário voltado principalmente para estudantes recém-formados no início do mês que vem, dia 6, e um dos pontos que se almeja inserir no seminário também seria a relação com as mídias sociais. O propósito geral do seminário “Para que serve a ética na profissão”, pois o CAURJ, CAUBR, todas as instituições do conselho estão devendo um pouco nessa aproximação com as escolas e universidades na hora de acertar e cobrar essa educação na ética, pois vários processos poderiam ser evitados, vários exercícios ilegais da profissão poderiam ter sido evitados. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** esclareceu “só querendo declarar que sim, essa cadeira foi obrigatória na DCN de 2010, mais ela caiu no sentido de que as universidades a partir de 2016, elas começaram a fazer o que elas queriam, hoje em dia essa disciplina estaria dentro da disciplina de estágio supervisionado, que é uma disciplina, mas ela virou on-line, então, nossos estudantes quando são obrigados a ter uma disciplina de ética, ela se tornou uma disciplina on-line; me parece que é um motivo a mais para somar esforços junto com a CEF na revisão das DCNs, estamos trabalhando em um documento em apoio à revisão das DCNs, que está sendo discutido na CEF, e muito provavelmente traremos em algum momento para a plenária. Então, nós estamos atuantes sim e temos muitas frentes de trabalho nesse sentido. Após debate o relatório apresentado pela conselheira **foi aprovado por unanimidade**. **8 - Distribuição de Recurso ao plenário. 8.1. Redistribuir recurso contra a decisão da CEP - Processo 736986.** **A Chefe de Gabinete Patrícia Cordeiro** sugeriu que o processo que estava com a conselheira Sandra Sayão seja redistribuído e indica a sua suplente a conselheira Lucineia Lopes, fazer a relatoria. **9.0. Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral.** A **Chefe de Gabinete Patrícia Cordeiro** esclareceu que o arquiteto inadimplente não é impedido de emitir RRT, ele continua podendo trabalhar, emitindo RRT, mesmo inadimplente. O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** comunicou que iria participar de um seminário em Cuiabá da CED e o principal foco será RT e que se alguém tivesse algum tema novo poderia se manifestar para ser levado ao evento. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** disse o seguinte: “Eu tenho a falar que os designers interiores como tecnólogos, eles foram abrigados pelo Crea-RJ e eles vão começar a emitir ARTs provavelmente, isso nos fere diretamente, pois 56 dos 53% das RRTs que recebemos hoje em dia são referentes a reformas de projetos menores de interiores. Então, no momento em que o tecnólogo design de interiores, uma graduação tecnológica, começar a emitir ART na forma que o Crea não fiscaliza, nesse sentido os engenheiros, muito menos fiscalizará os designers de interiores, porque são manuais de ética diferentes. Então, estamos com uma ameaça pendente sobre a nossa cabeça.” O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** assentiu acrescentando que “E outra coisa sobre a questão da CED e CEF de integração de estudantes, se nós tivermos aqui no CAU mês passado, a participação poderia, claro, ser mais eficiente, mas foi muito importante a participação dos nossos técnicos, dos nossos funcionários na informação, principalmente os estudantes sobre as suas atribuições sobre a questão da reserva técnica, do RRT e também sobre a Fiscalização. Então, foi repassado para os estudantes, o CAU aqui, a visita dos estudantes foi feita aqui também. É importante que a Paloma falou sobre a integração entre as comissões. Nós temos que insistir na integração das comissões. Eu que participo de duas que acho que são importantíssimas que são a CED e da CEF, vemos o quanto que às vezes nós não nos alinhamos no diálogo, é importante que participemos e consigamos participar mais e alinhar o discurso.”. Não tendo mais inscritos e nada mais havendo a tratar, o **presidente Pablo Benetti** agradeceu a participação e deu por encerrada a reunião às 20h40. Eu, Alessandra Vandelli, Assessora Especial da Presidência, procedi à revisão da ATA lavrada por serviço terceirizado e segue assinada por mim e pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. **Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2022.**

**Alessandra Vandelli**                                      **Pablo Cesar Benetti**

 Assessora Especial da Presidência                            Arquiteto e Urbanista

                                                                          Presidente do CAURJ